

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

(Ciclo 2021 - 2026) - RDEI - Exercício 2021

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INDICADORES DE DESEMPENHO – EXERCÍCIO 2021.....	6
ÍNDICE DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DO TRESA.....	7
PARTE 1: DESEMPENHO POR PERSPECTIVAS DO PLANO ESTRATÉGICO	8
PERSPECTIVA 1: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	8
OERS1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais.....	9
OERS2 – Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais.....	12
OERS3 – Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	14
OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	17
PERSPECTIVA 2: PROCESSOS INTERNOS.....	20
OEPI1 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	21
OEPI2 – Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	23
OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade.....	27
PERSPECTIVA 3: APRENDIZADO E CRESCIMENTO	28
OEAC1 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	29
OEAC2 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	31
OEAC3 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	32
PARTE 2: PROPOSTAS DE MELHORIA AO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	34
REFERÊNCIAS	38

APRESENTAÇÃO

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário instituída por meio da Resolução CNJ n. 325/2020, o TRESA, em sessão realizada em 05.07.2021, referendou a Portaria da Presidência n. 83/2021, que instituiu o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o novo ciclo estratégico (2021 a 2026), após processo participativo de sua formulação realizado no primeiro semestre de 2021.

A referida portaria assim dispõe:

“Art. 6º O CPGE, estrutura vinculada ao Conselho de Governança Corporativa, realizará, ao menos quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs), para avaliação e monitoramento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional.

§ 1º O monitoramento e avaliação da estratégia do TRESA dar-se-ão por meio da análise do Relatório

de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) produzido pela AEPE deste Tribunal.”

Este documento apresenta o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina referente ao exercício 2021 (RDEI – 2021). Elaborado pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE), o documento subsidiou a análise de desempenho pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) na Reunião de Análise da Estratégia realizada no primeiro quadrimestre do exercício 2022.

Com a publicação deste relatório, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina promove a **transparência** dos resultados obtidos no exercício 2021, reafirmando seu compromisso perante a Sociedade para o cumprimento da missão institucional: **Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.**

MAPA ESTRATÉGICO



MAPA ESTRATÉGICO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

2021-2026



Figura 1 - Mapa Estratégico do TRESC - Ciclo 2021-2026. Clique na imagem para acessar o Plano Estratégico do TRESC.

DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

A Res. TRES n. 7.975/2018 dispõe sobre o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que tem por finalidade: “promover a gestão estratégica, o relacionamento e a integração com as partes interessadas, os mecanismos de controle, a transparência e a prestação de contas dos resultados institucionais.”

Ao Comitê Permanente de Gestão Estratégica, estrutura integrante do Conselho de Governança Corporativa, compete, dentre outras atribuições: o acompanhamento e análise dos resultados dos indicadores estratégicos, podendo promover os ajustes necessários à melhoria do desempenho institucional e atuação, no âmbito das suas atribuições, como núcleo de estatística e de gestão estratégica deste Tribunal.

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é medido com base no alcance das metas dos indicadores de desempenho selecionados para acompanhar a evolução dos objetivos estratégicos presentes no atual ciclo estratégico 2021-2026.

INDICADORES DE DESEMPENHO – EXERCÍCIO 2021

Os indicadores de desempenho e as metas para os exercícios 2021 e 2022 foram instituídos pela Portaria da Direção-Geral n. 163/2021 e sua alteração posterior (Portaria DG n. 346/2021), decorrente de melhorias sugeridas pelas unidades e submetidas ao Comitê Permanente de Gestão Estratégica. Além das metas, a ficha de cada indicador contempla informações importantes: o que mede, para que mede, quem mede, quando mede, como mede, onde mede e sua evolução ideal.

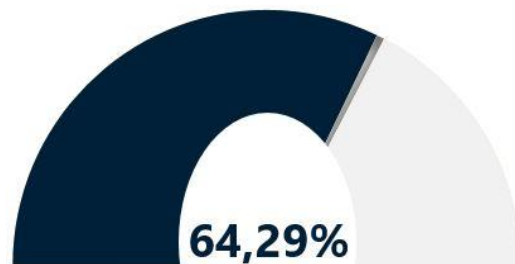
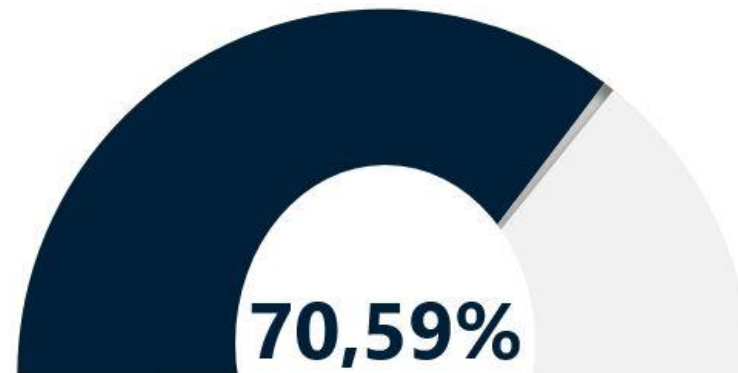
A medição dos indicadores de desempenho é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício em referência. As metas para os exercícios subsequentes serão fixadas oportunamente, após análise das medidas de melhoria propostas.

Os gráficos dos resultados mostrados neste relatório apresentam contorno em cores distintas para identificar os indicadores de desempenho que cumpriram ou superaram a meta fixada para o exercício (**em cor azul**), não cumpriram a meta no exercício (**em cor vermelha**), que não são mensuráveis ou tiveram a medição suspensa no exercício de referência – e, portanto, não contabilizam para o desempenho do presente exercício (**em cor cinza**) e que tiveram a medição prejudicada no exercício ou interrompida no ciclo estratégico (**em cor preta**).

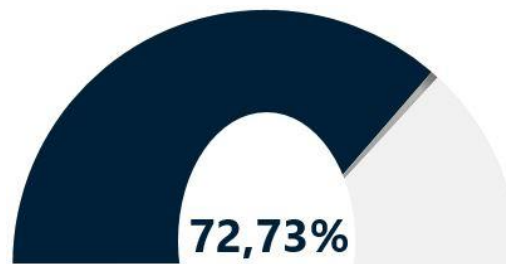


Figura 2 – Link para acesso à ficha dos indicadores do exercício 2021.

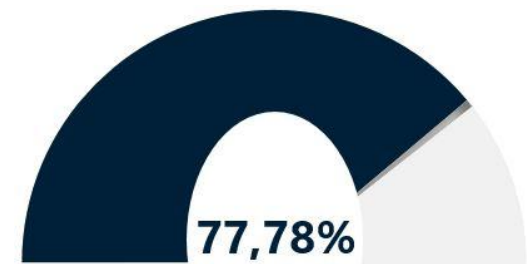
ÍNDICE DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DO TRESP EXERCÍCIO 2021



Resultados para a Sociedade



Processos Internos



Aprendizado e Crescimento

PARTE 1: DESEMPENHO POR PERSPECTIVAS DO PLANO ESTRATÉGICO

PERSPECTIVA 1: RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



4

Objetivos Estratégicos



20

Indicadores de desempenho



14

Medidos no exercício



9

Metas alcançadas ou superadas



2

Medição suspensa ou prejudicada

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- ✓ Índice de maturidade em gestão da memória institucional
- ✓ Índice de ações de promoção de cidadania
- ✓ Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo
- ✓ Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo
- ✓ Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral
- ✓ Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ n. 156/2012



OPORTUNIDADES PARA MELHORIA

- ✓ Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade
- ✓ Índice de Transparência
- ✓ Índice de acessibilidade

Por superdimensionamento da meta

- ✓ Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna
- ✓ Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos

Por subdimensionamento da meta

- ✓ Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições
- ✓ Índice de execução do plano anual de auditoria
- ✓ Índice de promoção da cultura da ética e da integridade



OERS1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos



Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para o exercício. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta foi de -23,26%. A meta variável demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de participação eleitoral



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice do eleitorado com biometria cadastrada



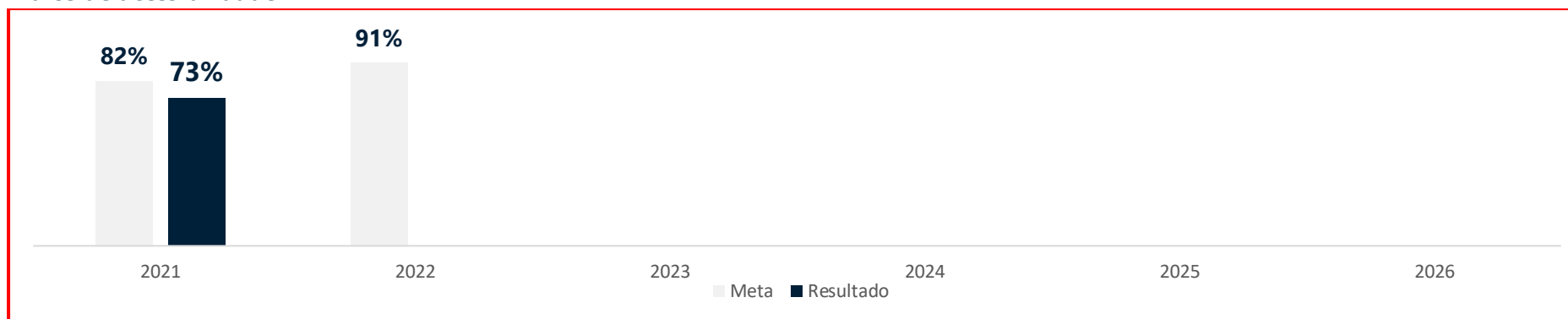
Obs.: indicador de desempenho com medição suspensa nos exercícios 2021 e 2022 em razão da pandemia de Covid-19.

Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de acessibilidade



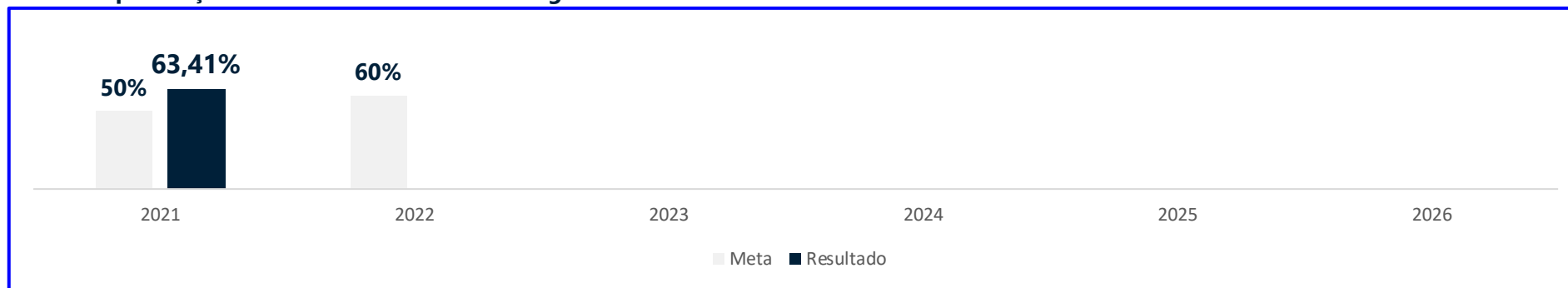
Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -10,98%.



OERS2 – Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais

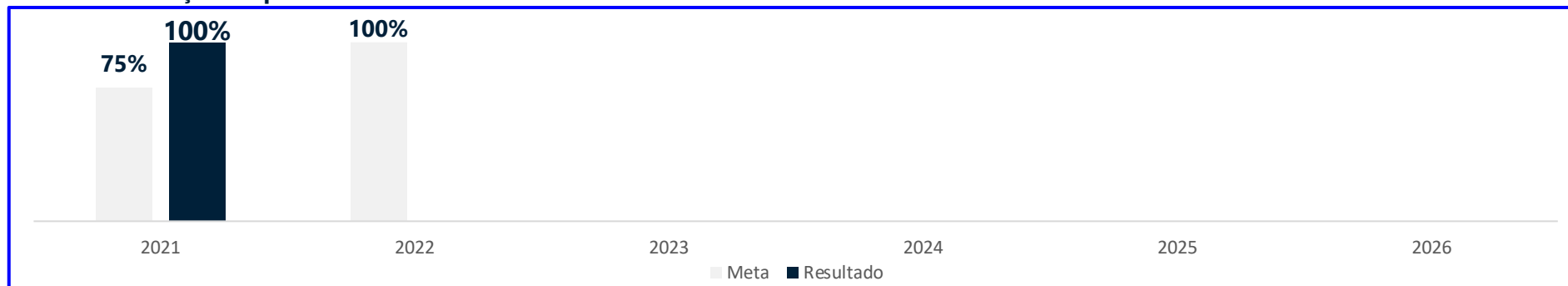
Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de promoção da cultura da ética e da integridade



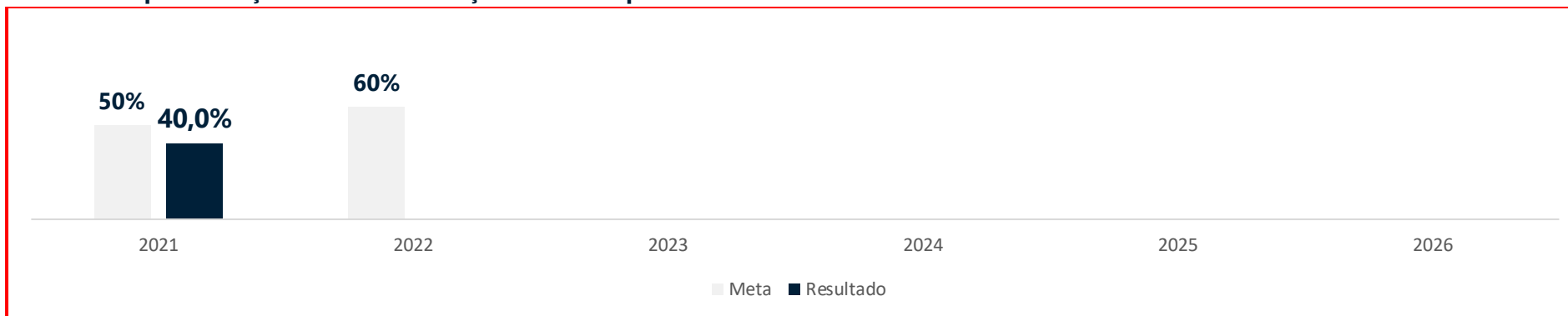
Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 26,82%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de execução do plano anual de auditoria



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 33,33%. A meta demonstrou-se subdimensionada, entretanto, para o exercício 2022 a meta fixada demonstra-se desafiadora.

Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna



Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -20%. A meta demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ n. 156/2012



Análise: o indicador alcançou a meta fixada para 2021.



OERS3 – Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto



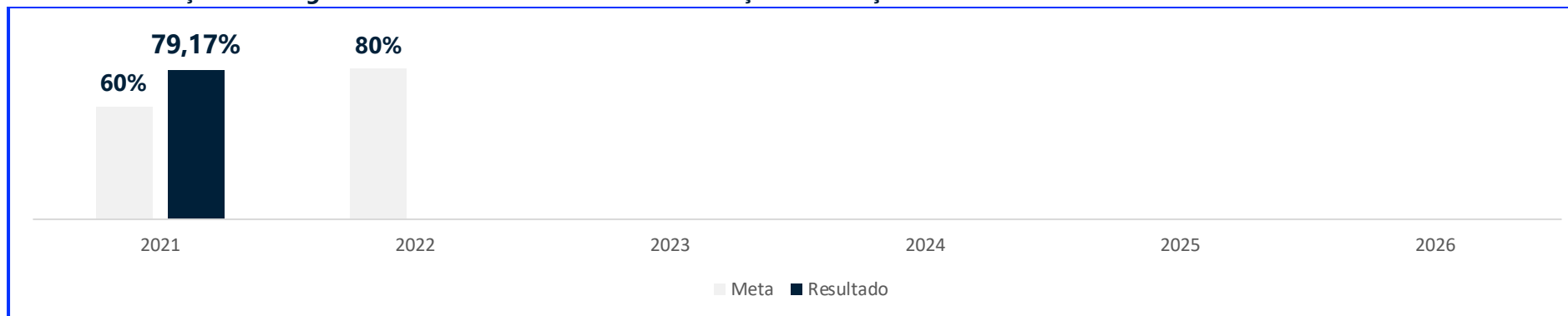
Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 31,95%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas



Obs.: indicador de desempenho não medido em anos não eleitorais.

Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral



Análise: o indicador alcançou a meta fixada para 2021.



OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de Transparência



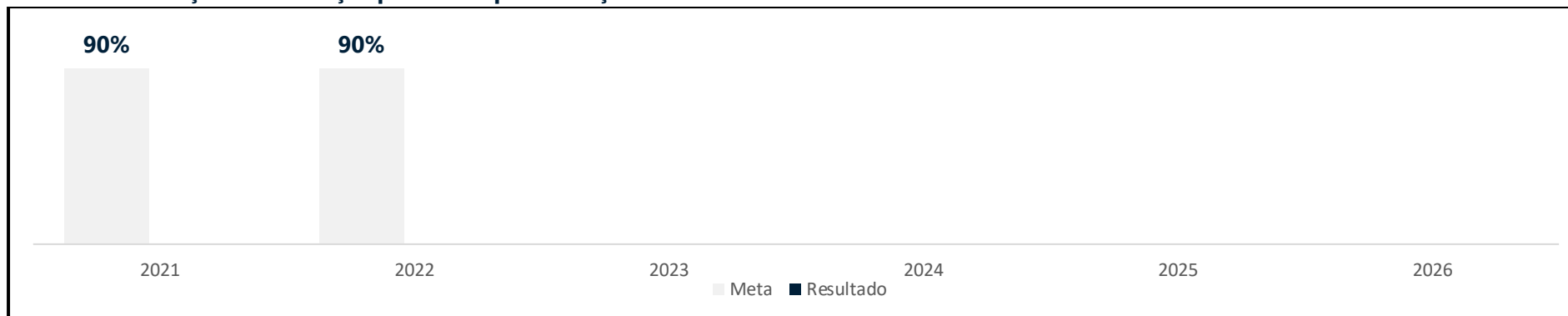
Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -3,78%.

Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo



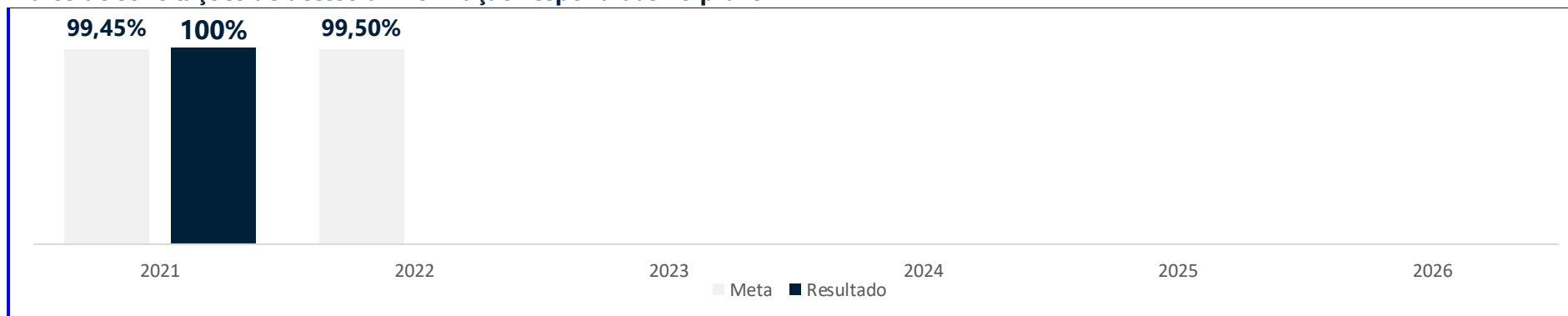
Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 11,11%.

Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade



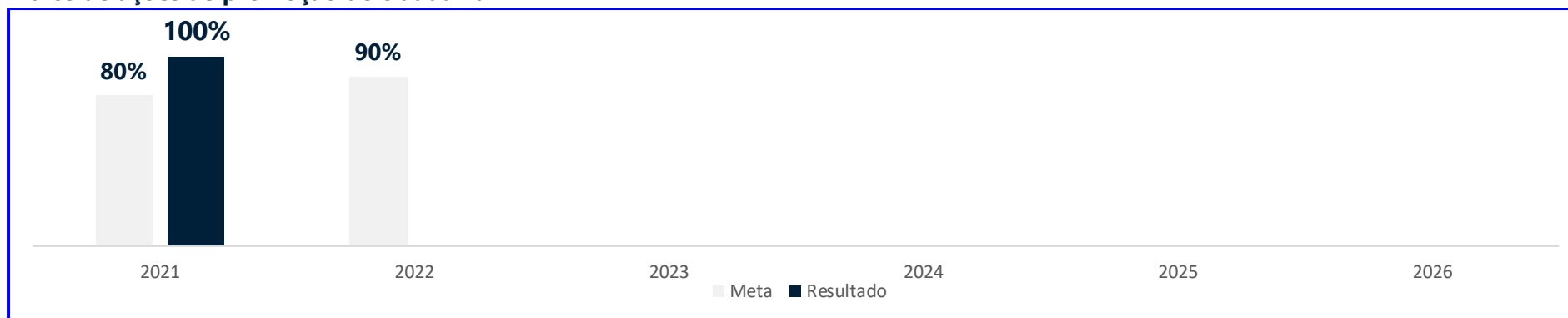
Análise: indicador de desempenho teve medição prejudicada no exercício 2021 em razão da pandemia de Covid-19, mesmo assim o indicador foi contabilizado para medição do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRESA neste exercício.

Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo



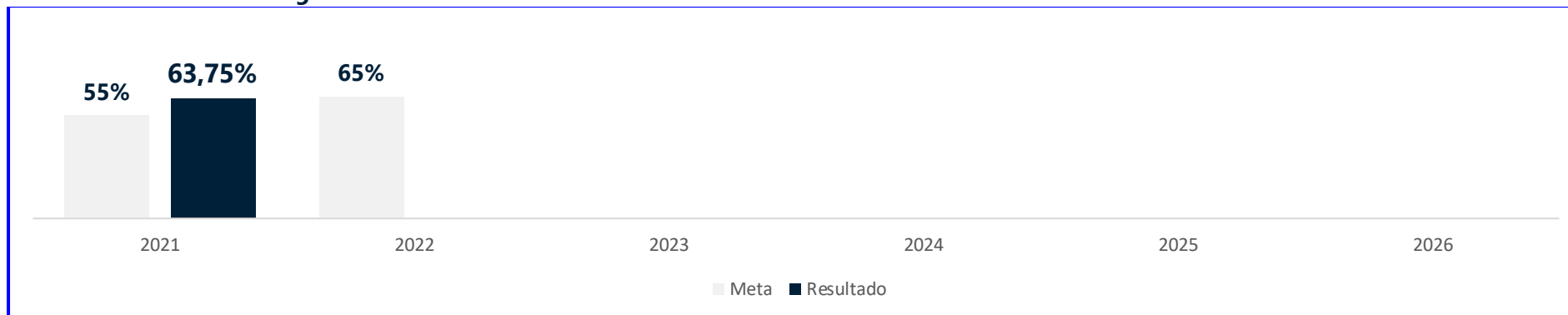
Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,55%.

Índice de ações de promoção de cidadania



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,55%.

Índice de maturidade em gestão da memória institucional



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 15,91%.

PERSPECTIVA 2: PROCESSOS INTERNOS



3

Objetivos Estratégicos



11

Indicadores de desempenho



11

Medidos no exercício



8

Metas alcançadas ou superadas



0

Medição suspensa ou prejudicada



DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- ✓ Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna
- ✓ Índice de maturidade em gestão documental
- ✓ Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor
- ✓ Índice de maturidade em gestão de riscos
- ✓ Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional
- ✓ Índice-Geral de Governança
- ✓ Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral



OPORTUNIDADES PARA MELHORIA

Por superdimensionamento da meta

- ✓ Índice de desempenho da gestão de contratações
- ✓ Índice de desempenho de sustentabilidade
- ✓ Índice de atendimento à demanda jurisdicional

Por subdimensionamento da meta

- ✓ Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais



OEPI1 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

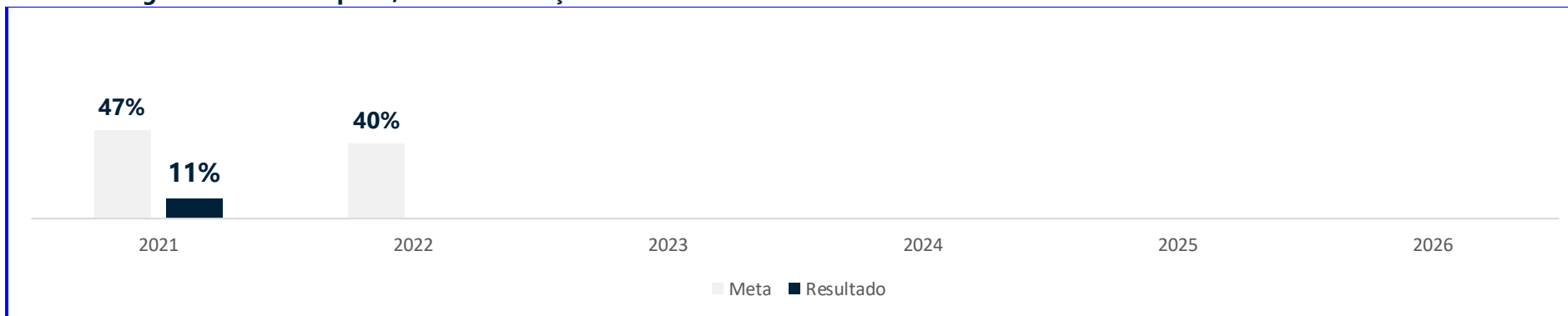
Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 3,75%.

Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais



Análise: o indicador possui polaridade invertida, ou seja, a evolução ideal é “quanto menor, melhor”. Indicador superou a meta fixada para 2021. O resultado obtido no exercício foi 76,60% menor que o valor da meta fixada. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de atendimento à demanda jurisdicional



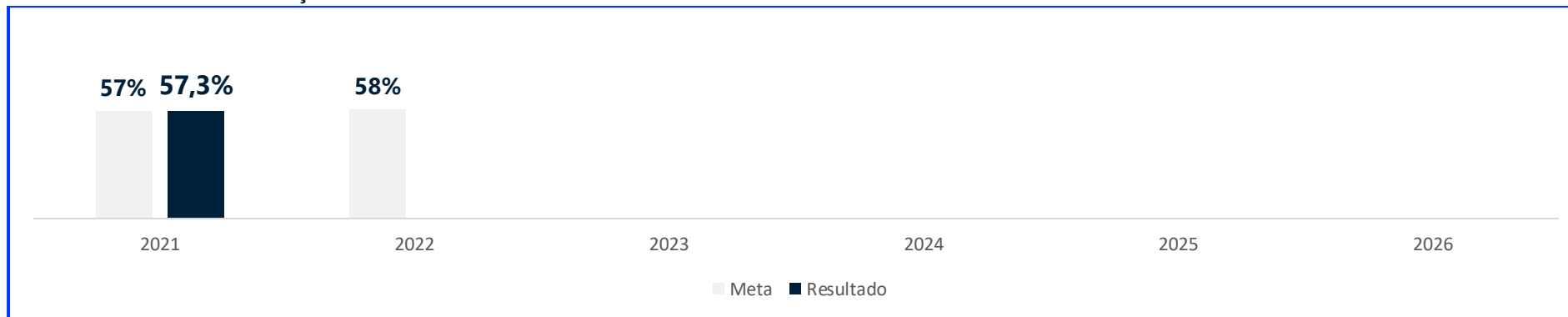
Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -25,76%. A meta demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.



OEPI2 – Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional

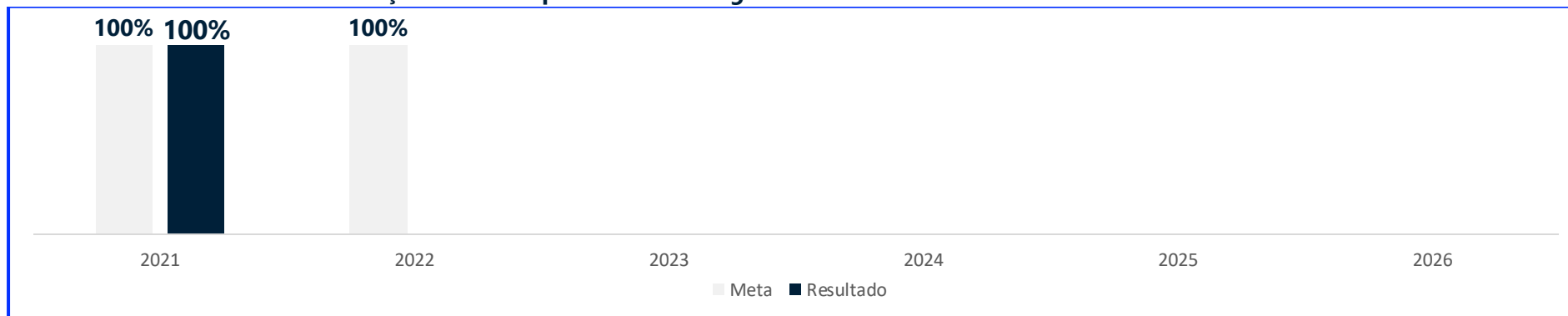
Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice-Geral de Governança



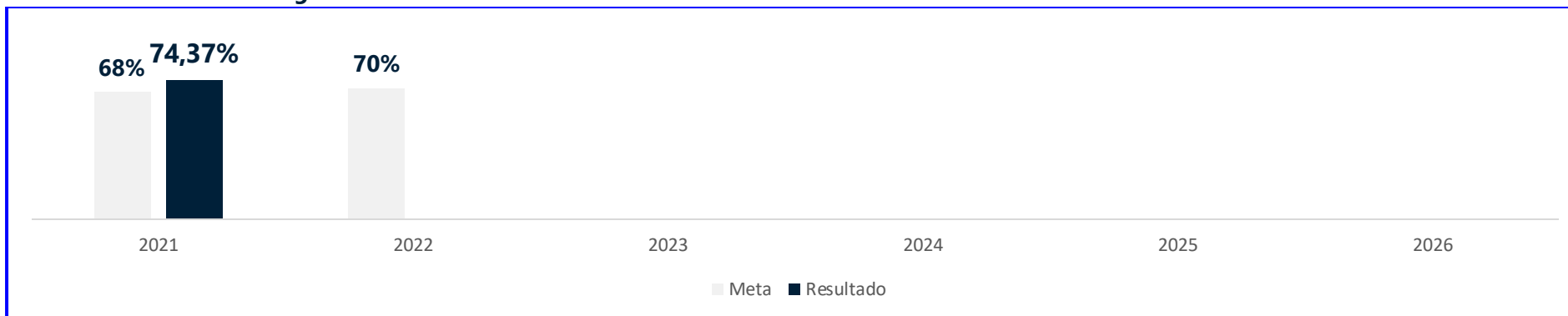
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 0,53%.

Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional



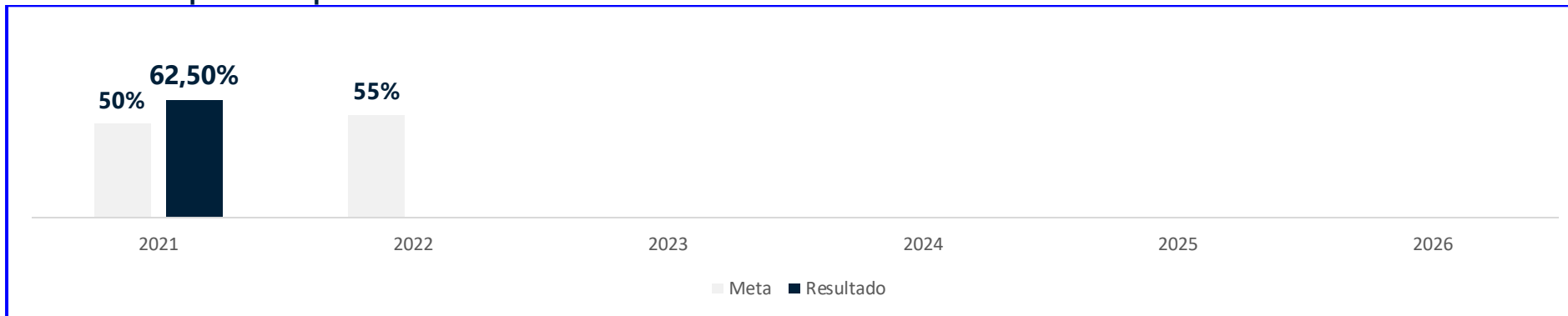
Análise: O indicador alcançou a meta fixada para 2021.

Índice de maturidade em gestão de riscos



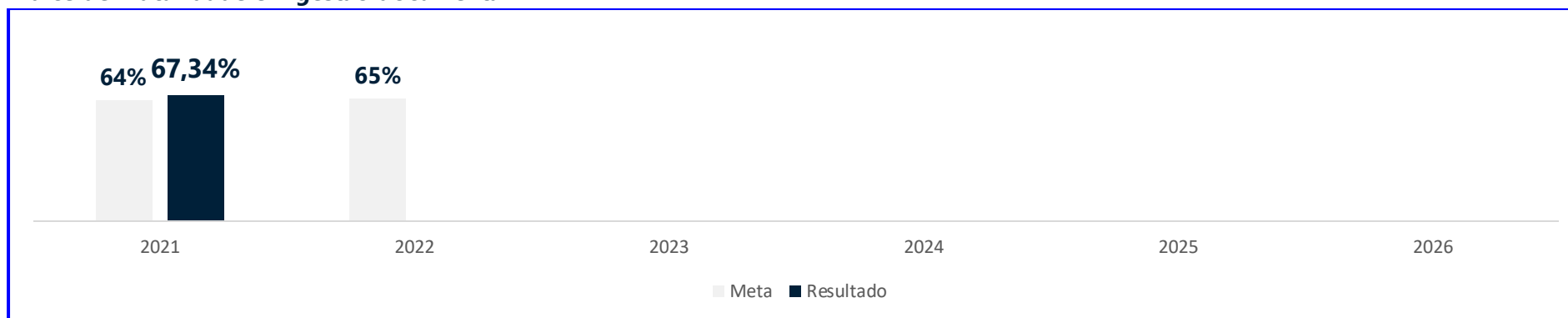
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 9,37%.

Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor



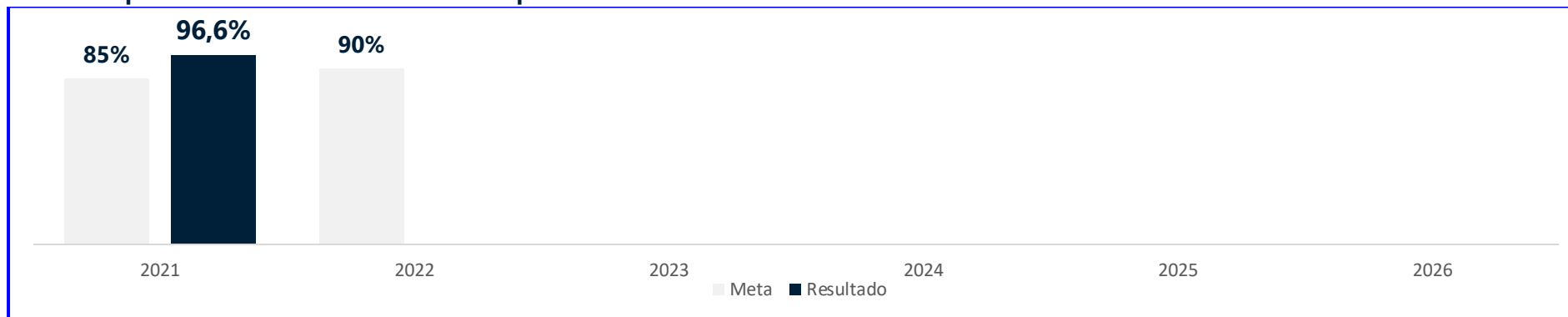
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 25%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de maturidade em gestão documental



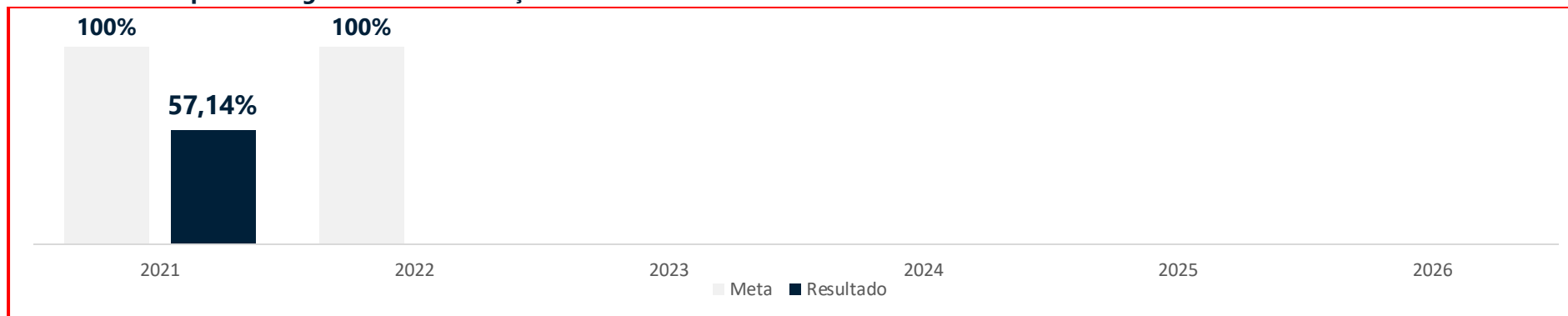
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 5,22%.

Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 13,65%.

Índice de desempenho da gestão de contratações



Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -42,86%. A meta demonstrou-se superdimensionada por possível superdimensionamento das metas dos indicadores táticos selecionados para medição do indicador. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.



OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade

O indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico será a seguir analisado:

Índice de desempenho de sustentabilidade



Obs.: Resultado divulgado pelo CNJ em 2021, referente ao Ano-Base 2020, por meio do 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

Análise: único indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado alcançado em relação à meta foi de -21,03%. A meta demonstrou-se superdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

PERSPECTIVA 3: APRENDIZADO E CRESCIMENTO



3

Objetivos Estratégicos



9

Indicadores de desempenho



9

Medidos no exercício



7

Metas alcançadas ou superadas



0

Medição suspensa ou prejudicada



DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- ✓ Índice de capacitação de servidores
- ✓ Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira
- ✓ Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD)



OPORTUNIDADES PARA MELHORIA

- ✓ Índice de desempenho da gestão de pessoas

Por superdimensionamento da meta

- ✓ Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação

Por subdimensionamento da meta

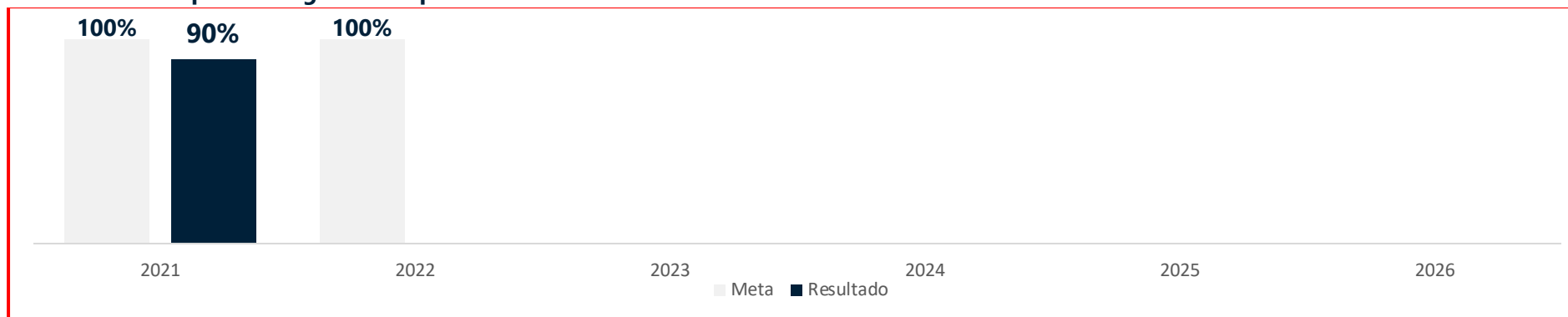
- ✓ Índice de serviços prestados em meio digital
- ✓ Índice de maturidade em proteção de dados pessoais
- ✓ Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais
- ✓ Índice de capacitação de juízes eleitorais



OEAC1 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de desempenho da gestão de pessoas



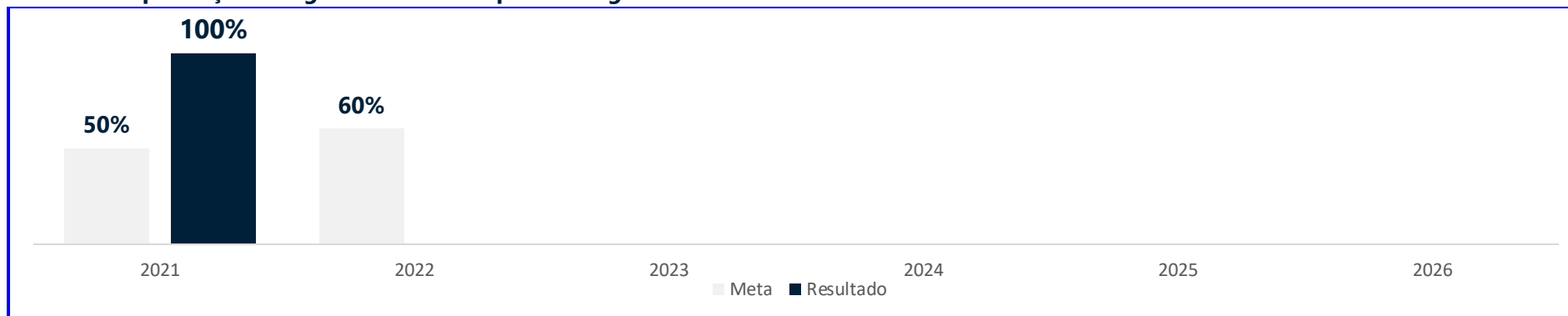
Análise: o indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -10%.

Índice de capacitação de juízes eleitorais



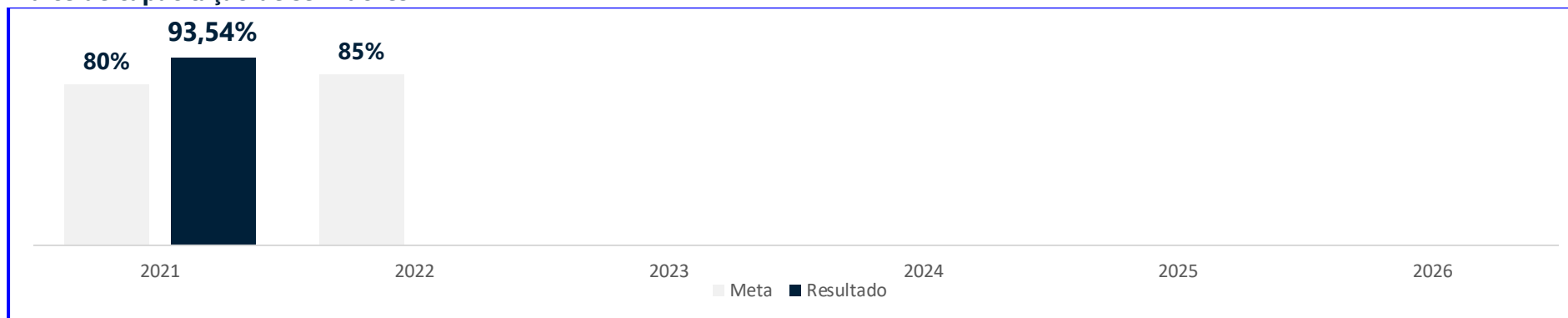
Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 203%. A meta demonstrou-se subdimensionada e possibilita oportunidade para contínua evolução durante o ciclo estratégico. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais



Análise: o indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 100%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de capacitação de servidores



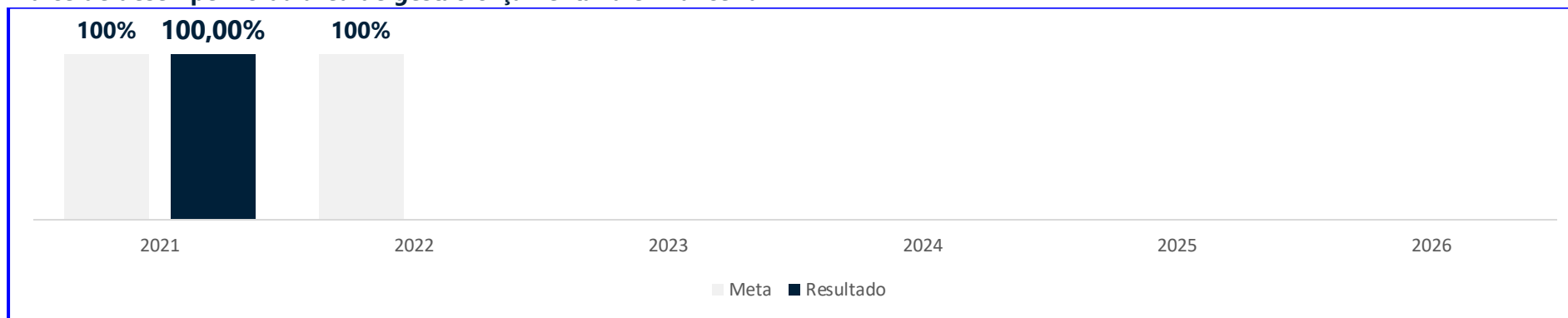
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido em relação à meta fixada foi de 16,93%.



OEAC2 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira



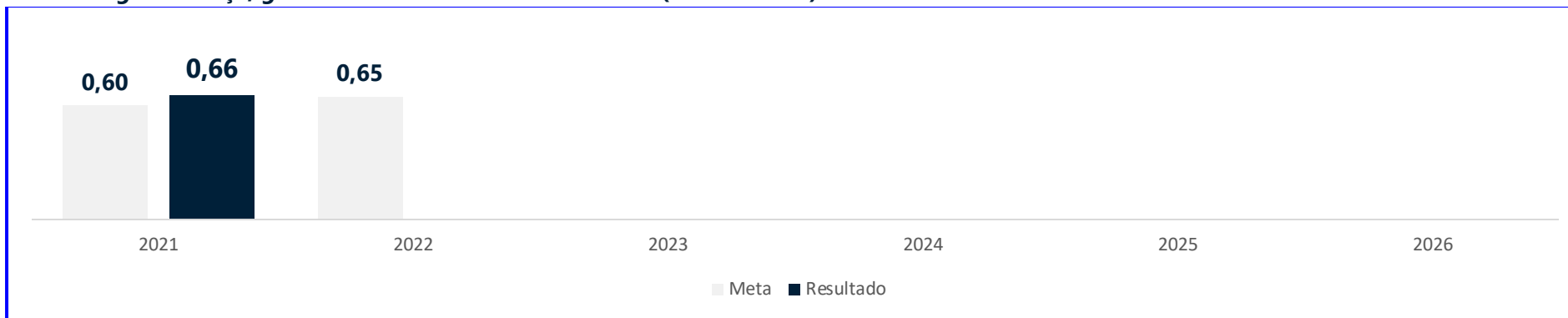
Análise: O indicador alcançou a meta fixada para 2021.



OEAC3 – Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados

Os indicadores de desempenho relacionados ao objetivo estratégico serão a seguir analisados:

Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)



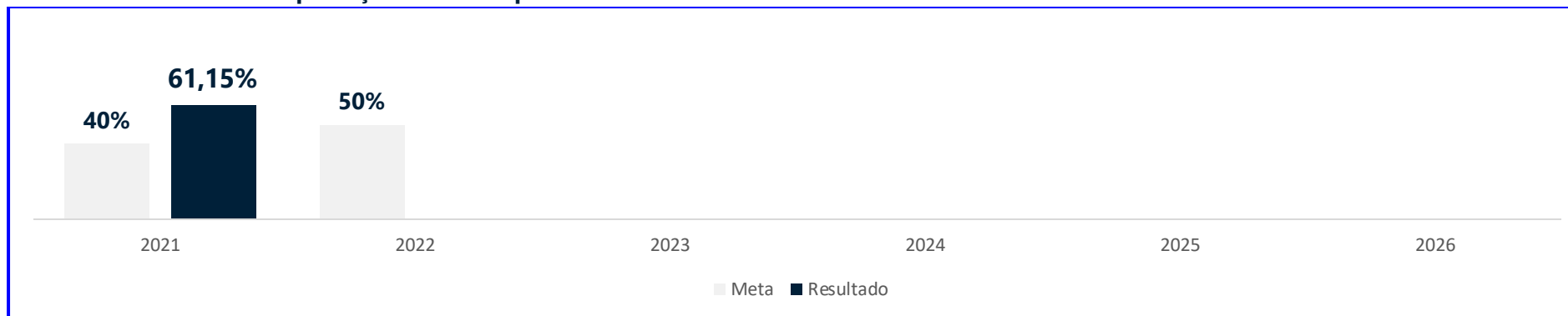
Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido em relação à meta fixada foi de 10%.

Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação



Análise: O indicador não alcançou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de -42,50%. A meta demonstrou-se superdimensionada por possível superdimensionamento das metas dos indicadores táticos selecionados para medição do indicador. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art. 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de maturidade em proteção de dados pessoais



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 52,88%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

Índice de serviços prestados em meio digital



Análise: O indicador superou a meta fixada para 2021. A variação do resultado obtido no exercício em relação à meta fixada foi de 78,38%. A meta demonstrou-se subdimensionada. A critério do CPGE, poderá ser proposto ajuste para o exercício seguinte às instâncias internas de governança, conforme previsto no art 6º e respectivos parágrafos da Portaria P n. 83/2021.

PARTE 2: PROPOSTAS DE MELHORIA AO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

As propostas de melhoria ao desempenho da estratégia institucional são encaminhadas pelas unidades, comitês e comissões responsáveis por indicadores de desempenho no Plano Estratégico Institucional e, após consolidadas neste relatório, são submetidas à análise pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE).

PROP.001 – Autorizar as unidades responsáveis a estudar o interesse na alteração dos indicadores de desempenho: “índice de desempenho da estratégia institucional”, “Índice de desempenho da gestão de contratações”, “Índice de desempenho da gestão de pessoas”, “índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira”. “Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação” para abranger intervalos para a classificação do desempenho e que as metas a serem perseguidas anualmente no ciclo estratégico sejam iguais ou superiores a faixa “Aprimorado”. A resposta das unidades deve ser encaminhada ao CPGE até 30 de junho de 2022.

Percentual	Desempenho
0% a 30,99%	Extremamente baixo
31% a 59,99%	Baixo
60% a 79,99%	Satisfatório
80% a 89,99%	Aprimorado
90% a 100%	Excelente

PROP.002 – Autorizar a AEPE a propor ao CPGE, até 30 de junho de 2022, a inclusão de novo indicador para acompanhar a evolução do objetivo OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade: “Índice de comunicação estratégica”, de medição anual a partir do exercício 2022.

PROP.003 - Autorizar a AEPE a propor ao CPGE, até 30 de junho de 2022, a Inclusão de novo indicador para acompanhar a evolução do objetivo OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade: “Índice de parcerias estratégicas”, de medição anual a partir do exercício 2022.

PROP.004 - Autorizar a AEPE a propor ao CPGE, até 30 de junho de 2022, a Inclusão de novo indicador para acompanhar a evolução do objetivo OEAC1 – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas: “Índice de capacitação de promotores e procuradores eleitorais”, de medição anual a partir do exercício 2022.

PROP.005 – Solicitar à STI e à SAO que avaliem até 30 de junho de 2022 a hipótese de superdimensionamento das metas dos indicadores táticos que compõem as medições estratégicas das áreas: tecnologia da informação e contratações, propondo ao CPGE ajuste, se necessário.

PROP.006 – Solicitar à STI a avaliação, até 30 de junho de 2022, da viabilidade de inclusão dos indicadores: “iGovTI (índice de governança e gestão de TI)” e “iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI) ” como indicadores táticos selecionados para compor a medição do “Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação”, propondo ao CPGE ajuste, se necessário.

PROP.007 – Solicitar à SAO a avaliação, até 30 de junho de 2022, da viabilidade de inclusão dos indicadores: “iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)” e “iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)” como indicadores táticos selecionados para compor a medição do “Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira”, propondo ao CPGE ajuste, se necessário.

PROP.008 – Solicitar à SAO a avaliação, até 30 de junho de 2022, da viabilidade de inclusão dos indicadores: “índice de governança e gestão de contratações” e “índice de capacidade em gestão de contratações” como indicadores táticos selecionados para compor a medição do “Índice de desempenho da gestão de contratações”, propondo ao CPGE ajuste, se necessário.

PROP.009 – Solicitar à SGP a avaliação, até 30 de junho de 2022, da viabilidade de inclusão dos indicadores: “iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)” e “iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)” como indicadores táticos selecionados para medição do “Índice de desempenho da gestão de pessoas”, propondo ao CPGE ajuste, se necessário.

PROP.010 – Solicitar à AEPE que proponha priorização da atualização da Cadeia de Valor do TRESC para evoluir o indicador de desempenho “Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor”.

PROP.011 - Solicitar à AEPE que proponha priorização da atualização da Carta de Serviços para aperfeiçoar a planilha de medição e respectivo indicador de desempenho “Índice de serviços prestados em meio digital”.

PROP.012 – Solicitar à SCRE que proponha à Ouvidoria a atualização e disponibilização de formulário de pesquisa eletrônico no site da internet do TRESA para possibilitar a medição do “Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade”.

PROP.013 – Solicitar à Direção-Geral que consulte às unidades e comissões sobre procedimentos e prazos necessários para atendimento das recomendações de auditoria remanescentes para o “Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna”, considerando a escassez de força de trabalho, o período eleitoral vindouro e a complexidade para atendimento integral das recomendações exaradas pela unidade de auditoria interna.

PROP.014 – Solicitar à SGP que analise a proposta da EJESC de substituição da unidade responsável pela medição do “Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais” a partir do exercício 2022 para a Secretaria de Gestão de Pessoas, pois é essa unidade que tem o controle dos cursos de natureza gerencial que os gestores realizam, inclusive os não oferecidos pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, encaminhando suas conclusões ao CPGE até 30 de junho de 2022.

PROP.015 – Autorizar a AEPE a propor a priorização, após o cumprimento da PROP.010, da identificação dos processos críticos de trabalho da Justiça Eleitoral catarinense para melhorar os critérios de seleção de cursos dos anos subsequentes.

PROP.016 – Solicitar à EJESC a inclusão, como critério adicional para priorização de ações e capacitações pela EJESC, os riscos-chave que podem impactar o desempenho da estratégia institucional do TRESA, conforme art. 2º, inciso VI da Portaria P n. 83/2021.

PROP.017 – Solicitar à AEPE que efetue ajuste corretivo na ficha do indicador: “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais” para que no campo “evolução ideal” conste: “quanto menor, melhor”.

PROP.018 – Solicitar à CPAI que proponha, até 30 de junho de 2022, ajuste de melhoria no indicador “Índice de acessibilidade” para que seja alterado para “Índice de acessibilidade e inclusão” e que a planilha de medição incorpore melhorias detectadas pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão e demais ajustes necessários previstos pela Res. CNJ n. 401/2021.

PROP.019 - Solicitar à AEPE que ajuste a planilha gestão de riscos críticos ao desempenho da estratégia institucional para incluir os indicadores: “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais”; “Índice de atendimento à demanda jurisdicional” e “Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral” como controles internos do risco R#003, tendo em vista a ampliação de sua precisão e acurácia.

PROP.020 – Autorizar a AEPE a consultar as unidades responsáveis pela medição dos indicadores de desempenho do plano estratégico, quanto ao interesse em ajustar as metas para o ano corrente, em especial quanto aos casos de subdimensionamento e superdimensionamento detectados na medição do exercício 2021, com envio do resultado consolidado ao CPGE até 30 de junho de 2022.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n.º 325, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências. Disponível em: < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3365> >. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Resolução N. 7.975/2018, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e institui o Conselho de Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC). Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2018/resolucao-n-7-975-de-4-de-abril-de-2018>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Portaria da Presidência N. 83/2021, de 30 de junho de 2021. Institui o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026 e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-p/2021/portaria-p-n-83-de-30-de-junho-de-2021>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Portaria da Presidência N. 129/2021, de 28 de setembro de 2021. Aprova o Plano de Comunicação da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-p/2021/portaria-p-n-129-de-28-de-setembro-de-2021>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Portaria da Direção-Geral N. 163/2021, de 30 de junho de 2021. Institui os indicadores de desempenho, as metas para os exercícios 2021 e 2022 e as iniciativas estratégicas do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: < <https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-dg/2021/portaria-dg-n-163-de-30-de-junho-de-2021> >. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Portaria da Direção-Geral N. 346/2021, de 7 de dezembro de 2021. Atualiza os indicadores de desempenho, as metas para os exercícios 2021 e 2022 e as iniciativas estratégicas do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: <https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1518613/portaria_dg_2021_346.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

Transparência – Ética – Imparcialidade
Respeito – Comprometimento – Inovação
Coerência – Cooperação – Integridade